

Senador pede devassa em seus bens

O senador Amazonino Mendes pediu ontem ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que mande a Receita Federal fazer uma devassa em sua vida particular e em sua declaração de bens para provar que são falsas as denúncias de enriquecimento ilícito e desvio de recursos públicos, feitas por Artur Virgílio. Segundo o senador, esse "é o único comportamento possível" para responder às denúncias, que não têm qualquer fundamento.

O ministro Jarbas Passarinho acatou a decisão do senador Amazonino Mendes de se submeter a uma investigação para provar sua inocência. Afirmou, no entanto, que não irá determinar uma investigação da vida do senador, e sim da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), na época em que Amazonino era governador do Amazonas.

O senador comunicou também ao ministro da Justiça que vai abrir dois processos judiciais contra o prefeito Artur Virgílio por crimes contra a honra. As denúncias, insistiu, são inteiramente caluniosas. O que Artur Virgílio apresentou anteontem ao ministro

Passarinho foi um calhamaço de papéis que não passavam de recortes de jornais. Quanto à fita gravada, foi editada de forma a apresentar apenas as partes que interessavam a Virgílio.

Ele admite se lembrar da gravação em que afirma que "poderia" ser um dos homens mais ricos de Manaus. Admite também ter comprado uma área de 4,5 quilômetros no litoral de São Paulo, antes de ser político. Ele foi convencido por um sócio de que a pendência na Justiça referente àquelas terras seria facilmente solucionada. Em outubro de 1988, porém, o senador vendeu as terras "quando descobriu que não seria tão simples resolver a pendência na Justiça". Tudo isso, garante, está devidamente declarado no seu Imposto de Renda. "Não vejo onde tenha cometido delito", afirma.

Pouco antes de se dirigir ao Ministério da Justiça, Amazonino discursou no plenário do Senado, respondendo às denúncias de Artur Virgílio, e recebeu cumprimentos de solidariedade de vários colegas, entre eles o presidente do PFL, Marco Maciel. Ele informou que

pretende apresentar sua defesa, de forma mais minuciosa, através de documento em que responderá ponto por ponto cada acusação. O documento, segundo Amazonino, deverá estar pronto no início da próxima semana.

Ao rebater a denúncia de que a construtora Exata, registrada em nome de Otávio Raman Neves, seria de sua propriedade, o senador irritou-se: "É uma violência dizer que tudo que é do rapaz (Otávio Neves) é do Amazonino". Admitiu que Otávio é seu amigo ("eu praticamente moro na casa dele"), mas assegurou que "é um rapaz trabalhador e que tem seus próprios negócios". A construtora Exata, durante seu governo, venceu apenas uma licitação e não a maioria, como denunciou o prefeito de Manaus.

Amazonino argumentou também que o "fazer denúncias infundadas é um velho hábito do prefeito Artur Virgílio". Em 1986, por exemplo, ele fez a denúncia do chamado "crime do colarinho verde", houve intervenção na Suframa e, após uma rigorosa auditoria, nada se comprovou.